Folha n.º 274

ATA Nº, 27
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA
EM 29 DE DEZEMBRO DE 2020: Aos vinte e nove dias do mês de dezembro
do ano de dois mil e vinte, reuniu pelas vinte horas, por videoconferência, em sessão
ordinária, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente
da Mesa, Daniela de Melo Esteves e peios 1.º e 2º Secretários, Artur Manuel Cerveira
dos Santos Dinís e Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respetivamente, com
a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público,
Período Antes da Ordem do Dia e Periodo da Ordem do Dia:
1) Votação das Atas n.ºs 20,23,24 e 25;
2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c),
do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
3) Listagem de Compromissos Plurianuais;
4) Proposta ao Executivo n.º 68/2020 - Derrama;
5) Proposta ao Executivo n.º 69/2020 - Imposto Municipal sobre Imóveis;
6) Proposta ao Executivo n.º 70/2020 - Participação Variável no IRS
7) Proposta ao Executivo n.º 71/2020 - Documentos previsionais para o ano de 2021;
8) Proposta ao Executivo n.º 72/2020 - Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da
Mealhada para o ano de 2021;
9) Proposta ao executivo n.º 73/2020 - Autorização genérica para dispensa de
autorização prévia da Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais;
•
10) Proposta ao Executivo n.º 77/2020 - Proposta Alteração da Estrutura Orgânica Municipal;
11) Proposta ao Executivo n.º 80/2020 - Taxa Municipal dos Direitos de Passagem
para Aplicação no ano de 2021:
12) Revisão Orçamental Nº 2 – Informação;
13) Alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitação Social
em Regime de Renda Apoiada – Aprovação final;
14) 2ª Alteração do Regulamento do Programa de Incentivo à Recuperação do
Património Edificado Concelhio (PIRPEC),
Uma vez declarada aberta a sessão, pela Senhora Presidente da Mesa, o 1.º
Secretária da Mesa. Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, procedeu à
chamada dos membros da Assembleia Municipal
Os Senhores Deputados Municipais, Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares
Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Susana
Catarina S. Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel
Cerveira dos Santos Dínis, Isabel María Santos Luzeiro, Ana Luzia Quintela Santos
Cruz, João Manuel Lima Louceiro, Jorge Manuel Ferreira Rama, Mara Lúcia Lopes
dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel
Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, António da Silva Laranjeira,
Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno

Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos, Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. O deputado Rodrigo Manuel G. Breda solicitou a sua substituição, o que veio a verificar-se por Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos. O Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Ferreira de Melo não esteve presente. ------Estiveram ainda presentes, os Senhores Presidente da Câmara Municipal. Rui Manuel Leal Marqueiro, Vice-Presidente, Guilherme José Campos Duarte e Vereadores, Hugo André Afonso Alves e Silva, Adérito de Almeida Duarte, em substituição de Sara Isabel Marques Ferreira, Arminda de Oliveira Martins, Sónia Cristina Branquinho de Almeida e Nuno Gonçalo Castela Canilho Gomes. ------Seguidamente a Senhora Presidente da Mesa antes de dar mício ao PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA deixou um Voto de Pesar à Presidente de Junta de Freguesia da Pampilhosa pelo falecimento do seu pai, estando todos solidários com a sua perda, a qual agradeceu. Quanto ao PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, não se verificaram inscrições. A Senhora Presidente da Mesa deu assim início ao PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----A Senhora Presidente recolheu as intervenções e deu a palavra à Deputada Susana Almeida a qual cumprimentou rodos os presentes e proferiu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: "Permitam-me dirigir, com grande orgulho e regozijo, umas breves mas muito elogiosas palavras sobre uma nossa conterrânea que está a trilhar um percurso absolutamente brithante não apenas naqueia que é a casa de todos nós - a Assembleia da Republica - (aliás, com a recente intervenção na emanação da Lei n.º 65/2020, que veio instituir a regra da residência alternada, e também agora com a intervenção na Comissão que se ocupa dos vários projetos de lei sobre a eutanásia e, bem assim, na Comissão de Inquérito ao Novo Banco), mas também no domínio partidário. Refiro-me à Sra. Deputada Joana Sá Pereira que foi recentemente eleita Presidente de Comissão Nacional da Juventude Socialista. Julgo que, não obstante as diferentes cores partidárias, devemos orgulhar-nos dos grandes feitos e reconhecimentos dos nossos conterrâneos e, portanto, não podería deixar de começar a minha intervenção com o elogio, as felicitações e votos de muito sucesso para esta promissora jovem da minha terra. Aproveitaria ainda este espaço para dirigir igualmente um vincado elogio a outra conterrânea do nosso município, a Ana Paula Ramos, anterior comandante dos Bombeiros da Pampilhosa, que foi recentemente nomeada pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil como Comandante Operacional do Distrito de Aveiro. Julgo que também esta nomeação e reconhecimento merece o nosso aplauso e eu confesso que sinto um especial orgulho por ver este cargo tipicamente atribuído a homens a ser concedido a uma mulher, uma grande mulher da minha ou da nossa terra. Portanto, mais uma barreira dos estereótipos de género foi ultrapassada, -----Depois, gostaria hoje de falar-vos sobre geografia, organização administrativa e sentimento de pertença. Criado na primeira metade do séc. XIX, o Concelho da Mealhada constitui uma península embrenhada no distrito de Coimbra, com o qual sempre manteve estreitas

Folhano 275

ligações. Na verdade, a atribuição do Concelho aos distritos de Aveiro e Coimbra sempre foi conflituosa e foi uma troca pelo concelho de Mira que determinou em 1855 que o Concelho da Mealhada voltasse a ser atribuído ao distrito de Aveiro, organização que se mantém inexplicavelmente - no meu modesto entender - até à data. ------Não obstante, talvez seia a hora de refletirmos sobre esta organização geográfica e administrativa. Desde logo, basta pensarmos na história de cada munícipe, na sua identidade e sentimento de pertença. No meu caso em particular, existe um forte sentimento de pertença a Coimbra e não a Aveiro. Foi em Coimbra que nasci, foi em Coimbra que estudei (mais de 13 anos), é no centro urbano de Coimbra que trato de grande parte das questões que não consigo tratar no meu concelho e, quando perguntam onde vivo, indico com orgulho a minha origem bairradina, mas situo a minha terra como Pampilhosa sem Botão e não da Serra, perto de Coimbra. Jamais falo em Aveiro, que apesar dos seus encantos de Veneza portuguesa, nada me diz como cidadã. --Repare-se ainda que, se tivermos em consideração a NUT III (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos), ou seja, o sistema hierárquico de divisão do Território em regiões, a Mealhada está integrada na Região Centro, mormente na Região de Coimbra e não na Região de Aveiro. Por outro lado ainda, a Mealhada pertence à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, que, a título de curiosidade, é a CIM com mais municípios do país e no âmbito da qual desenvolve a estratégia supramunicipal e procura elevar e desenvolver a região no contexto nacional, quer junto da administração central, quer junto dos agentes económicos. É aqui que nos enquadramos, é com estes parceiros que melhor dialogamos e defendemos interesses comuns da região centro, à qual definitivamente pertencemos. Ao invés, Aveiro tem quatro CIMS que espartilham o distrito e retiram a força aos municípios. Vejam, pois, a disjunção que retira coesão e identidade ao distrito e, consequentemente, aos municípios. -----Igualmente, no domínio da prestação de cuidados de saúde primários, as unidades do Centro de Saúde da Mealhada integram-se no Agrupamento dos Centros de Saúde do Baixo Mondego e não no Agrupamento dos Centros de Saúde do Baixo Vouga. Acresce que, no que tange à prestação pública de outros cuidados de saúde de major complexidade e de urgência, releva a área de proximidade e residência, pelo que os nossos munícipes situar-se-ão no âmbito do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra e não de Aveiro. -----No que tange ao sistema de transportes, além da autoestrada, da nacional e linha férrea que atravessa o nosso concelho e nos une ao resto do país, temos parca ligação de transportes públicos terrestres e, salvo melhor opinião, tal deve-se seguramente a estarmos na fronteira do distrito de Aveiro e de insuficientes atenções para nós estarem voltadas, já que teríamos maior interesse em intensificar a rede de ligações com Coimbra. Por exemplo, a metade de Sargento Mor que pertence a Coimbra está servida pelos SMTUC. Já a nossa rede de transportes existe apenas

em tempo escolar. Estou certa de que, caso nos integrássemos no distrito de Coimbra, seríamos servidos por aquela rede.
Também no campo religioso, figuramos no mapa da diocese de Coimbra, a esta
pertencemos e nos regemos pelas suas regras, ditames e plano pastoral.
Portento. Sr. Presidente e Sre Donutados, questiano en são corá bara de refletiro
Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, questiono se não será hora de refletir e
procurar sanar esta incoerência ou desarmonia e fazer corresponder a organização
administrativa às afinidades geográficas e as demais agora sumariamente
enunciadas, ou seja, se não será hora de procurar integrar o concelho da Mealhada
no distrito de Coimbra, como aliás acentece nos diversos domínios agora referidos,
a saber, estatístico, de ação intermunicipal, de saúde, religioso, entre outros.
Julgo que os nossos interesses enquanto municipes serão mais bem
salvaguardados e as dificuldades de diálogo serão sanadas se nos integrarem de
uma vez por todas na região administrativa à qual de facto e não, lamentavelmente,
de direito pertencemos."
Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o qual concordou com a
Deputada Susana Almeida e que acredita que por vezes a Mealhada é prejudicada
por haver de facto aquela divisão, pertencer à CIM de Coimbra e estar do distrito de
Aveiro, facto agudizado pela pandemia não só com análise de dados, mas também
com os testes para as creches. Encarregada a Segurança social de fazer esse
trabalho, Aveiro pensou que seria Coimbra a fornecer porque pertencemos à
associação de Coimbra e Coimbra pensou que seria Aveiro uma vez que é o distrito
ao qual pertencemos. Resolvido ficou vindo a Gruz Vermelha de Aveiro. O Sra
Presidente pensa que seria bom haver uma definição em relação a este assunto.
Fez ainda um reparo à intervenção, dizendo que decorria um concurso internacional
em relação aos transportes terrestres
De seguida a Senhora Presidente deu a palavra ao Deputado Luis Brandão que
perguntou quando seria implementada a transmissão em streaming das reuniões,
aprovada em 29 de junho, lembrando que após o confinamento, se tinha voltado às
reuniões presenciais sem nunca terem sido transmitidas online. Abordou ainda o
tema relativo a comentários proferidos pelo Senhor Presidente da Câmara,
autorizados pela Senhora Presidente da Mesa, após declarações de voto feitas pelos
deputados, o que não era permitido pelo Regimento, a não ser em defesa da honra,
pedindo que não fossein permitidos.
A Senhora Presidente da Mesa respondeu, em relação à questão das reuniões
online, que não estava esquecida, no entanto, era necessário equipamento
habilitado para o efeito que a Câmara Municipal ainda não possuía. O responsável
pela informática na Câmara estava a par da deliberação e ficou de ver como o colocar
em prática, que equipamentos e preços para o efeito. Em relação ao demais,
concretizou que não era uma prática corrente e que qualquer exceção já ocorrida foi
com certeza pontual,
Seguidamente teve a palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da
Pampilhosa que reforçou o ponto de vista da Deputada Susana Almeida, destacando
que a Dra. Joana Sá Pereira era também Presidente da Assembleia de Freguesia da

Folha n.º 276

Pampilhosa, esperando que o propósito do seu desempenho fosse sempre o espírito da solidariedade e proteção dos mais vulneráveis. Endereçou ainda um voto de parabéns pela nomeação da Comandante Paula Ramos e agradeceu, por fim, todo o apoio que lhe tem sido dado. Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, este que apenas desejou votos de um Bom Ano a todos. Foi dada a palavra à Senhora Deputada Ana Luzia Cruz que, após desejar as boas festas, proferiu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: "Encerramos mais um ano, com mais uma assembleia por vídeoconferência, determinada pela pandemia, sinal dos tempos... queremos acreditar que melhores dias virão. E por isso aproveitamos para perguntar para quando a implementação da transmissão em streaming destas reuniões? Que esforços foram feitos até agora para implementar essa medida aprovada à 3º vez por este órgão em 29 de junho, conforme consta na ata 20? Lembro que logo a seguir ao fim do confinamento, voltamos às reuniões presenciais na EPVL e sem nunca se conseguir implementar a sua transmissão em streaming. É mais que urgente aproximar a população dos órgãos de decisão, não podemos continuar a defraudar essa aproximação entre a população e os seus eleitos, pouco ou nada contribuindo para a transparência no exercício da democracia. Aproveltando a quadra natalicia, esperamos sinceramente que ela vos inspire na dádiva dessa prendinha aos munícipes, para os reis. -----Agora, em jeito de balanço, queremos afirmar que o ano de 2020 que encerra ficará marcado para sempre na história dos portugueses e do mundo pela terrível pandemia, mas muito tempo antes da sua aparição, já os sinais do tempo não eram perfeitos e anteviam tempos bastantes conturbados. Aqui, na Mealhada, vendia-se uma escola por 490 mil euros a um tal grupo GPS de história duvidosa, utilizando genericamente a desculpa da Covid19, sem nunca explicar cabalmente perante os munícipes as verdadeiras razões, as tais relacionadas com a má gestão que este executivo fez daquela escola tão outrora acarinhada por si, e depois descartada sem mais nem menos, contribuindo assim para o desaparecimento nos seus quadros de pessoal de gente qualificada e que de repente viram as suas vidas alteradas para sempre. Este trágico episódio veio juntar-se às histórias da precariedade e do desemprego, à crise do setor hoteleiro e da restauração, setores onde também muitos dos seus trabalhadores têm vinculos precários e trabalham a falsos recibos verdes. Este foi o ano em que o BE denunciou o estado de abandono a que chegou a Mata Nacional do Bussaco, da má gestão da sua Fundação e a ineficácia desse modelo, o ano em que na AR os deputados socialistas do concelho, acabaram recentemente a votar contra a injeção de verbas do Fundo Ambiental na mata que tanto diziam defender. Um ano que encerra com uma lista de obras por acabar, a Escola Secundária da Mealhada, Mercado Municipal da Pampilhosa, Regualificação da Baixa da Pampilhosa prometida mas que disso não passa, assim como a Sala Polivalente do Luso, Challet Suíço, entre tantos outros, em que se prometeu a sua conclusão e se continua a prometer para o futuro próximo, mas que a verdade é que se arrastam no tempo e não se cumpriram.

Provavelmente, 2021 será um ano cheio de inaugurações - serão coincidências, dirse-á que nada tem a ver com tempos de eleições; as coisas precisam de ser feitas, como nos disse o Senhor Presidente, estamos de acordo, mas demoram quase sempre quatro anos, recordo as inaugurações e festas de 2017, agora serão em 2021 ou talvez não, devido à Covid19. -----As obras há tanto prometidas, o novo edifício da Câmara, por exemplo, serão apenas realidades a sair do projeto em 2024 para ser inauguradas em 2025?" ------Deu a Senhora Presidente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que o Município não vendeu nenhuma escola, mas sim 4 cotas de uma sociedade comercial. A escola estava lá, continuava a funcionar com número recorde de alunos. Clarificou ainda que a escola tinha à época da venda das cotas, 30 professores, saíram 2 por extinção do posto de trabalho e 6 por não renovação de contrato. -----Relativamente a obras pediu que aguardassem até ao quarto ano de mandato para avaliar resultados e tirar conclusões. Das obras mencionadas, os projetos estavam todos prontos, situação que demorava mais do que a execução, no entanto, era necessário aquardar sem preocupações com as inaugurações. Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Carlos Martins que fez a seguinte intervenção: "Ao longo do ano 2020 a Câmara Municipal da Meathada foi alvo de denúncias anónimas junto das instâncias sociais competentes. Como estamos no final do ano, julgo ser oportuno solicitar Senhor Presidente da Cârnara, na medida do possível, e relativo ao que é do seu conhecimento que nos elucidasse se essas denuncias deram origem a alguma acusação ou repreensão por parte das autoridades judiciais à Câmara Municipal de Mealhada ou se pelo contrário essas denúncias foram arquivadas, por não terem qualquer fundamento real ou suporte legal." A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que respondeu que iria dividir a sua resposta em duas partes, primeiro que realmente a Câmara foi alvo de queixas por parte de algumas pessoas e que até à data nenhuma dessas queixas, deu em nada que não fosse o arquivamento ou ouvidas e consideradas as explicações pretendidas para o efeito, pelos órgãos para onde tais queixas foram feitas. Outra coisa aconteceu com as queixas anónimas consideradas pelo Sr. Presidente, queixas da política negra, desafiando as pessoas que as fizeram para terem a coragem de as assinar para as poderem defender em tribunal. Falou ainda em três, as quais tem autorização para o fazer, nomeadamente uma queixa que embora assinada com o nome Maria Silva, não se conseguindo apurar quem seja, se considera anónima, a propósito de troca de favores entre o Presidente da Câmara e outro cidadão, entre outras de parecido teor. Considera ainda que existem dois pesos e duas medidas para a justiça e exemplifica comparando a situação da Câmara da Mealhada e da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro. Num último processo existem duas denúncias anónimas, processo este que acabou por ser arquivado por falta de provas materiais. (inicio aos 33 minutos; fim 1 hora e 26 minutos) -----

Folha n.º, 278

De seguida a Senhora Presidente iniciou o PERÍODO DA ORDEM DO DIA. ------A Senhora Presidente colocou à votação a introdução de um ponto na Ordem de Trabalhos - Medidas excecionais de apoio no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - Proposta de aprovação de suspensão, a título excecional e temporário, da norma do artigo 25º do Regulamento Municipal das atividades de comércio a retalho não sedentário exercida por feirantes e vendedores ambulantes e de prestação de serviços de restauração ou de bebidas não sedentário, cuja documentação foi enviada aos membros da Assembleia Municipal assim que o pedido tinha sido rececionado. Foi aprovada por unanimidade a introdução do ponto na Ordem de Trabalhos, a ser tratado em último lugar, com o nº 15. (inicio 1 hora e 27 minutos; fim 1 hora e 31 minutos) 1) VOTAÇÃO DAS ATAS N.ºS 20, 23, 24 E 25: -----A Senhora Presidente recebeu as inscrições e deu a palavra ao Senhor Deputado João Louceiro que chamou a atenção para um pormenor na Ata nº 20, onde constava maio e era de junho. Não havendo mais inscrições seguiram-se as votações: ------Ata nº 20 - Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria Santos Luzeiro, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, Jorge Manuel Ferreira Rama, Carlos Humberto Simões Martins, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos. António da Silva Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrígues, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos, Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. Os Senhores Deputados Municipais Susana Catarina S. Almeida e Mara Lúcia Lopes dos Santos, abstiveram-se, ------A ATA n.º 20 foi aprovada por maioria com 24 votos a favor e 2 abstenções. -----Ata nº 23 - Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miğuel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina S. Almeida, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, António da Silva Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Rosalina Maria Rodrigues Noqueira, João Carlos Ferreira dos Santos, Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. Os Senhores Deputados Municipais Carlos Humberto Simões Martins e Frederico Miguel do Céu Margues dos Santos, abstiveram-se. -----------ATA Nº 23 foi aprovada por maioria com 24 votos a favor e 2 abstenções. -----

Ata nº 24 - Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina S. Almeida, Bruno Manuel Pereira Colmbra, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, João Manuel Lima Louceiro, Jorge Manuel Ferreira Rama, Carlos Humberto Simões Martins e Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Isabel Dias Santiago, Luis Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, António da Silva Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos, Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. A Senhora Deputada Municipal Ana-Luzia Quintela Santos Cruz, absteve-se. A ATA N.º 24 foi aprovada por maioria, 25 votos a favor e 1 abstenção, -----Ata nº 25 - Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina S. Almeida, Bruno Manuel Pereira Colmbra, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria Santos Luzeiro, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, Mara Lúcia Lopes dos Santos, João Manuel Lima Louceiro, Jorge Manuel Ferreira Rama, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Luis Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, António da Silva Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos. Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. O Senhor Deputado Municipal Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, absteve-se. -----A ATA N.º 25 foi aprovada por maieria, com 25 votos a favor e 1 abstenção. (inicio 1 hora e 31 minutos; fim 1 hora e 40 minutos) -----2) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: A Senhora Presidente recebeu as inscrições e deu a palavra ao Senhor Deputado Raul Rodrigues que proferiu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: "À data de 17/12/2020 a Taxa de execução da despesa de capital é de 33%. Istodemonstra coerência e constância na capacidade de execução. Só é pena que esta seja tão baixinha... São taxas de execução muito baixas que resultam de políticas, por um lado, de muitas promessas e, por outro lado, de poucas obras, de pouca capacidade de fazer. Estes assuntos de reduzidas taxas de execução, infelizmente para o nosso concelho. já foram aqui abordados várias vezes. Numa das últimas sessões da AMM respondeu ao deputado Luís Brandão que estas contas se fazem no final. E aqui estamos, com dados praticamente do final do ano de 2020 e com as habituais reduzidas taxas de execução na obra feita. Outra questão, desde há quase um ano que a Divisão de Administração e Conservação do Território (DACT) simplificou em

Folha n.º 279

demasia a informação que disponibiliza no documento que nos é enviado. Voltamos a solicitar que volte a partilhar aos deputados da Assembleia Municipal informação mais completa como fazia anteriormente," -----A Senhora Presidente deu a palavra ao Sr. Presidente que mencionou a diferença entre as despesas e as receitas de capital, dizendo que se investia e aplicava mais do que o que se recebia, o que no seu ponto de vista era mais importante do que a taxa de execução em relação ao orçado. Garantiu que a autarquia não estava "falida", mas que o ano de 2021 seria um ano difícil graças à conjuntura atual. Referiu ainda que todo o executivo vinha com uma herança porque existe o princípio da continuidade e tudo o que já foi adjudicado, projetado, aprovado teria de ter continuidade. Referiu que era fundamental a gestão prudente da autarquia, caso não fosse quem pagava a conta eram os munícipes. -----De seguida a Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado João Louceiro que proferiu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: "Partimos das atas há pouco aprovadas para colocar um primeiro conjunto de perguntas neste segundo ponto da longa ordem do dia. Deixamos de lado a ata que lembra o ato eleitoral para a entronização da presidente da CCDRC que resultou da combinação nacional feita entre PS e PSD e que, na região centro, foi, como se esperava, candidata designada pelo PSD. O PCP, através deste eleito, não deixou de votar, mas lembramos a nossa posição crífica em relação a estas comissões de coordenação - órgãos sob a tutela efetiva do governo -, a falta de legitimidade democrática que esta encenação de eleições não resolve e o papel que as comissões têm tido, na mão daqueles partidos, para contornar o imperativo constitucional da regionalização que continua adiado. décadas depois da sua consagração, ------O PCP partilha com outros autarcas e munícipes a preocupação com as notícias que correram acerca da fusão da Sociedade da Água de Luso com a Sociedade Central de Cervejas, controladas pelo grupo Heineken. Tem a câmara mais algum conhecimento sobre esta eventualidade? Na sessão ordinária de junho, um municipe, o senhor Óscar Carvalho, deixou indicações de que o carro de limpeza poderia estar pouco ativo na vila do Luso. O senhor presidente, desconhecendo, o que se compreende, a situação concreta. comprometeu-se a indagar. O que conseguiu apurar, desde aí? Não se confirma ou está resolvida a questão? Ainda sobre o Luso, depois da reabertura do polo da USF houve um novo recuo, desta feita decorrente da insuficiência de pessoal auxiliar, os impropriamente chamados assistentes operacionais. Entretanto terão sido contratados, finalmente, trabalhadores, permitindo de novo a reabertura que esperamos que não tenha novos sobressaltos que decorrem, em regra, do que continua a ser o insuficiente investimento do governo na área da saúde. O PCP regista positivamente a contratação dos trabalhadores, entendendo que para isso deu algum contributo, quer pela denúncia pública da situação, quer pela intervenção que teve na Assembleia da República. Outro assunto: o senhor presidente, sem concretizar, deu conta da existência de negociações com vista à reposição de uma agência bancária na Pampilhosa, depois

do abandono por parte da Caixa de Crédito Agrícola. Em que ponto estão essas negociações e que perspetivas já podem ser anunciadas aos pampilhosenses? -----Na sessão de setembro, quem tinha dúvidas ficou com mais uma prova que o processo dito de descentralização transfere responsabilidades e descarta problemas, mas mantém na alçada do governo, como se verifica na área da educação, decisões capitais. É o caso da dotação de trabalhadores não docentes que o Ministério da Educação continua, no fundamental, a determinar unilateralmente. Na sessão de final de setembro, o senhor vice-presidente anunciou que a Mealhada iria ser informada pelo Ministério do reforço que lhe caberia de assistentes operacionais. Que notícias chegaram do Ministério da Educação sobre esse tão necessário reforço de trabalhadores não docentes para as nossas escolas? Lembramos agui que uma das medidas aparentemente positivas que, por intervenção do PCP, foi possível fazer inscrever no Organiento do Estado para 2021, foi a previsão de contratação de 5000 trabalhadores não docentes para as escolas, um número, ainda assim, curto para as necessidades. Dizemos "aparentemente positiva" porque, na verdade, ainda teremos de esperar que o governo do PS a concretize, sem os já habituais trugues, para nos podermos congratular com tão importante reforço. O PCP pretendia, também pedir um comentário do senhor presidente em relação ás despesas e às receitas de capital que constam do guadro da SITUAÇÃO FINANCEIRA REPORTADA A 17/12/2020. Tal já foi feito em resposta a uma pergunta de outro eleito. Pedimos, noutro domínio, uma explicação para a dimensão da divida ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social que se destaca em relação ao reportado para todas as outras entidades credoras. Sobre as informações compiladas pela DACT, também algumas questões. ------Constam três entradas relativas à "Reabilitação do Mercado Municipal da Pampilhosa": uma indica a outorga de um contrato, a 3 de dezembro, à firma SunEver Engenharia, Lda; outra entrada dá conta do processo (ainda) em preparação para remessa ao Tribunal de Contas (conclusão da empreitada que não foi terminada); e, por último, a referência de que a reabilitação está "em preparação da consignação". Julgamos que, ao dia de hoje, a obra ainda está paralisada. Como já fizemos noutras sessões, perguntamos quais são as previsões para o retomar dos trabalhos e quais as perspetivas que a câmara tem para a entrada em funcionamento do equipamento. Não sendo essa a preocupação mais imediata, tendo em conta o arrastamento do processo, voltamos a perguntar também se a câmara já equacionou ou tem em vista equacionar um plano de dinamização do espaço que faça jus ao investimento e o torne num polo de vida para a Pampilhosa. Por último, perguntar também qual é o esforço que a câmara tem feito para informar a população -- que assiste, atónita, ao arrastamento da obra -- sobre as vicissitudes e previsões e, em particular, que diálogo e que esclarecimentos tem dado aos comerciantes que, compreensivelmente, se impacientam com a situação.

Folha n.º 280

A DACT também dá notícia de que o segundo procedimento de consulta prévia para a "Reabilitação do Regadio de Santa Cristina" resultou em não adjudicação por falta de propostas admitidas. Parece ser mais um sério contratempo. Pedimos esclarecimentos sobre o sucedido e sobre as medidas que a câmara irá tomar para superar mais este obstáculo, lembrando ainda que na sessão de julho o senhor presidente dizia que o regadio de Santa Cristina seria adjudicado em breve, existindo uma candidatura feita e aprovada para o efeito. Não é, obviamente, uma acusação pela falta de propostas no concurso, mas uma constatação de mais um projeto que não parece ter maneira de se tornar realidade, não obstante estarmos a menos de um ano do fim do mandato autárquico. Acerca da "Conclusão 2 da Reabilitação da Escola Secundária da Mealhada", para a qual a assembleia já ouviu, em sessões anteriores, o presidente falar da necessidade de desencadear um concurso público urgente, verificamos que a decisão de contratar e a aprovação das peças foi proferida apenas no passado dia 14, com anúncio em Diário da República, dois dias depois. Perguntamos se e que atrasos houve no lançamento deste concurso e, atendado aos prazos curtos que este regime tem, se já há informações a dar sobre a entrega e o retomar das obras. Não deixamos de lembrar, por muito que isto custe a alguns ouvidos, que as obras da Escola Secundária foram o grande argumento ou engodo para convencer vários implicados da bondade da municipalização da educação em que a câmara quis lançar o concelho. Foi o grande argumento, mas continua por realizar e envolto em sucessivos incidentes que vão desde as normas do Código dos Contratos Públicos em vigor, aprovadas e mantidas pelo PS, aos incumprimentos e insolvências de empreiteiros e à incapacidade efetiva da câmara que julgou que chegava, via e vencia, mas que continua enredada numa obra que, vinda do anterior mandato autárquico, logo se verá se chega a bom porto antes do fim do atual. ------Quase a terminar, um pedido de informação sobre o concurso público para a Cafetaria da Alameda. Quando vamos ter aquele espaço a ser utilizado e valorizado? Mesmo a terminar, da Divisão de Turismo e Cultura chega uma informação sobre "Certificação do Leitão e Associação Rota da Bairrada", dando conta do apoio à preparação da reunião na câmara. Que reunião foi esta, para que serviu e que conclusões e ações dela decorrem? Não deixamos de nos preocupar com o ceticismo e a desvalorização do tema da certificação já expressos por diversas vezes pelo presidente da câmara, uma postura da qual, como também já salientámos noutras sessões, o PCP discorda. Aliás, por entendermos que é possível e desejável, das propostas para o orçamento municipal que entregámos recentemente, ao abrigo do estatuto do direito de oposição, consta a seguinte: "Assunção consequente, por parte da autarquia, do projeto de certificação do Leitão da Bairrada que o torne uma verdadeira marca nacional, objetivo que continua a ser desvalorizado pelo executivo camarário e, em particular, pelo seu presidente. Não é suficiente uma estratégia que se circunscreve a ações publicitárias em beneficio da restauração. Está em causa a capacidade de liderar uma aposta na qualidade assente também na produção local sustentável de leitões adequados." -----

A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente que respondeu que as empreitadas públicas eram um processo complicado porque havia um código que tinha de ser seguido sob pena de processos judiciais longos, daí existir muito cuidado por parte da autarquia para não ser mal interpretada pelos empreiteiros. De seguida explicou a situação da Escola Secundária da Mealhada, cujo empreiteiro abandonou a obra, no entanto para se proceder à resolução do contrato eram necessárias várias e longas páginas de pareceres cuidadosamente elaboradas para a autarquia não sair lesada. Na situação de Santa Cristina, não apareceram propostas como resposta ao concurso público e foi aumentado o valor de orçamento e novamente não foram apesentadas propostas e seguia-se o mesmo processo. Na Alameda, também existiu concurso público, foi publicada a escola do júri, no entanto hoje houve uma reclamação. Era apenas isso que atrasava a exploração do espaço. Informou que decorriam conversações com os comerciantes e estavam crentes que desta vez tudo correria bem. Explicou ainda a sua votação na CCDR pela credibilidade que conferia à candidata. Em relação à Central de Cervejas não anuaciava o que se iria fazer em relação à fusão. Relativamente a extensão de Saúde do Luso, agradeceu a colaboração com o Sr. Presidente da Junta para que as obras fossem feitas e levadas a bom porto. Quanto à descentralização afirmou conhecer as posições, mas aguardavam que o governo decidisse novo ratio, pois os funcionários possíveis já tinham sido colocados. Sobre um banco na Pampilhosa, afirmou que tinham sido aliciados 3 bancos para ali se instalarem, mas até aquela data, sem sucesso. Havia um processo negocial com a Caixa de Crédito Agricola Mutuo, a qual mantinha a máquina de Multibanco, tendo explicado o processo de carregamento da mesma. Finalmente, em relação à certificação de leitão era um processo que estava em andamento e explicou a necessidade de perceber os beneficios e entraves bern como os custos que essa certificação trazía. Por fim sobre a dívida à Segurança Social, referiu que não tinha noção de existir qualquer divida áquela ou à Autoridade Tributária, no entanto, passou a palavra à Dra. Carla Amaro, que explicou que aquela situação dizia respeito a encargos sociais do processamento de vencimentos do mês de Novembro. Seguidamente a Senhora Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Ana Luzia que proferiu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: "Piscina Municipal -O Senhor Presidente promete que em fevereiro de 2021 avança com a construção de uma central térmica de produção de energia com utilização de biomassa e aplicação de painéis solares na Piscina Municipal. Saudamos a iniciativa, esperemos que se concretize, de facto. Temos defendido através das propostas que temos apresentado, a instalação de painéis solares em edificios municipais e em escolas, por exemplo. O município poderia estar já a colher benefícios energéticos se já tivesse avançado com essas medidas há mais tempo. ------Em segundo lugar, o Plano de testagem (testes serológicos) para rastreio da COVID19, levado a cabo pela autarquia- qual o balanço dessa operação? Está em condições de assegurar que foram testadas todas as pessoas que reuniam condições para tal, segundo os critérios estabelecidos? Com o aumento de casos no

Folha n.º <u>281</u>

concelho e por consequência nas escolas verificado particularmente na fase final do 1º periodo, está em condições para afirmar que foi assegurada a testagem de todos os que estiveram potencialmente em contacto com casos positivos? -----Ainda em relação ao processo pendente e que se arrasta no tribunal pelo menos desde 2018 relativo à Soacorgo (Sociedade de Agricultura de grupo Agropecuária do Corgo) no Cardal, alvo de ação popular sob a forma de providência cautelar. Se há ações de poluição no rio Cértima relacionadas com este caso, o que está a ser feito para pressionar a sua resolução? O mau cheiro que circula por vezes na cidade é insuportável. Por falar em circulação, sabemos que assinou no mês passado de novembro a Declaração Europeia das cidades circulares, juntando-se às cidades portuguesas que já o fizeram, como Guimarães, Albergaria, Braga, Melgaço. Ora, esperemos que sejam capazes de cumprir os princípios da economia circular nomeadamente no que se refere aos recursos naturais e à aplicação de processos seletivos de bio resíduos e recicláveis e que aquele problema seja resolvido, ------Chegou ao nosso conhecimento de que poderia estar a acontecer um caso de poluição de um aquifero no Travasso. Tem conhecimento desta situação?" -----A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente que respondeu às questões, esclarecendo que as piscinas foi um dos casos em que o concurso não teve propostas. Afirmou estarem previstos painéis solares e uma lista de remodelações para que a qualidade e eficiência perdurasse. Quanto à produção de energia, foram colocados painéis fotovoltaicos em determinados edifícios municipais e a questão que estava a ser estudada. Em relação aos testes, esclareceu que estavam disponíveis os serológicos e rápidos para a Sra. Delegada de saúde utilizar. Não era possível obrigar as pessoas a comunicarem a sua rede de contágio, no entanto, pediam que o fizessem para que o resultado fosse o mais real possível. Seriam ainda adquiridas máscaras cirúrgicas para as IPSSs e para as Juntas distribuirem a quem precisasse. Relativamente à Soacorgo, pelo aumento de dimensão e aquisição de uma vacaria, consideravam que o mau cheiro era prejudicial à população e causava mau estar na comunidade sendo, por vezes, insuportável. Por falta de apojo na resolução do assunto, o município colocou uma ação em tribunal, alicerçada por um estudo feito, lamentando que a situação não se resolvesse. Em relação à poluição no Travasso, afirmou que ninguém conseguia dar uma explicação concreta de onde e se havia alguma poluição em curso de água. ---(inicio 1 hora e 40 minutos; fim 2 horas e 59 minutos) 3) LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: -----A Senhora Presidente recebeu as inscrições e deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Brandão que abordou o assunto da aquisição de iluminação de natal nas localidades da Mealhada e Pampilhosa tendo verificado que o valor investido naquela rubrica triplicou em relação a 2019, tendo subido para 25.000,00€ mais IVA. Questionou se a iluminação instalada e visível na Mealhada e Pampilhosa triplicou tal como aconteceu com o valor. Acrescentou que, tal como em 2019, nada era referido quanto ao apoio à iluminação de Natal da Vila do Luso, terceiro maior

agregado populacional e com uma intrínseca dinâmica comercial e turística. Afirmou que o custo da iluminação e música ambiente de Natal na Vila do Luso não tinha chegado a 7000 € já com IVA incluído e o resultado era do agrado dos visitantes. Se não tinha existido o habitual subsídio à Aqua Cristalina para animação cultural, devido à pandemia, perguntou de que modo a Câmara comparticipou na iluminação de Natal no Luso. A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente que explicou que nos últimos 2 anos foi feito um ajuste direto com uma só entidade para a iluminação de Natal. O município apenas requisitava e pagava os quadros elétricos e a energia gasta. Na sequência de reclamações em relação à empresa anterior, este ano tinham decidido mudar e convidar várias empresas a apresentarem propostas, tendo aparecido uma única. Foi adjudicado em moldes diferente, sendo os quadros deles e muito possivelmente seriam eles a pagar a própria energia e a questão sonora pela rádio da Pampilhosa também foi a empresa a tratar disso. Esclareceu ainda, que relativamente à iluminação de Natal no Luso há uma verba que seria receita municipal, mas em virtude de um acordo entre a Junta de Freguesia e a Sociedade da Água de Luso é recebida por aquela, considerando por isso, correto que a Junta. de Freguesia suporte a iluminação de Natal. A Senhora Presidente deu de seguida a palavra ao Senhor Deputado João Louceiro que proferiu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: "Na listagem figuraum compromisso identificado como "Contrato de arrendamento de imóvel" num total de 48 mil euros, entre 2020 e 2024. O que é? A retação identifica 9 compromissos plurianuais referentes a prestação de serviços na modalidade de avença: 8 de serviços de operacional de limpeza; 1 de técnico de desporto/educação física; 1 de assessoria jurídica e de patrocínio judiciário. Pedimos que sejam circunstanciadas e justificadas as situações e a opção pelo recurso à modalidade de prestação de serviços em regime de avença. O PCP continua a manifestar fundadas dúvidas quanto à legalidade do recurso extenso, diga-se - a contratos de prestação de serviços em situações que, no mínimo, parecem ser desadequadas por denotarem uma relação laboral que deveria ser tutelada por contratos de trabalho a termo resolutivo ou por tempo indeterminado - consoante a natureza temporária ou permanente das necessidades -, fossem eles a tempo parcial ou não...-----Queremos aproveitar para dar conta da receção de elementos anteriormente requeridos pelo PCP para apreciação desta matéria (exemplos de cadernos de encargos associados a contratos de prestação de serviços). Não obstante a nossa insistência no seu envio, aquando da última sessão ordinária, confirmamos aqui que os serviços já tinham procedido ao envio por correio, por solicitação da senhora presidente da mesa, facto que agora registamos e agradecemos. Damos conta de que ainda estamos a analisar o assunto, até porque, salvo melhor opinião, os cadernos de encargos que nos foram enviados não afastam as nossas dúvidas sobre o recurso à modalidade de prestação de serviços para algumas as tarefas visadas neles visadas. Relembramos, até, que as facilidades procedimentais

Folha n.º 282

encontradas neste tipo de contratação ou a feliz conversão de algumas delas em contratos laborais, em alguns casos por tempo indeterminado, não constituem fundamento legal para o recurso à prestação de serviços em situações de efetiva laboralidade. Relembramos, uma vez mais, que o próprio Código de Trabalho presume a existência de um contrato de trabalho - e, portanto, não de mera prestação de serviços – quando se verifiquem algumas das seguintes situações: ------"a) A atividade seja realizada em local pertencente ao seu beneficiário ou por ele determinado; ----b) Os equipamentos e instrumentos de trabalho utilizados pertençam ao beneficiário da atividade: ----c) O prestador de atividade observe horas de início e de termo da prestação, determinadas pelo beneficiário da mesma; d) Seja paga, com determinada periodicidade, uma quantia certa ao prestador de atividade, como contrapartida da mesma; ----e) O prestador de atividade desempenhe funções de direção ou chefia na estrutura orgânica da empresa." (art.º 12.º) ------Se a última das situações, cuidamos que não se verifica, mantemos fundadas dúvidas que as anteriores não ocorram, o que implica a tal presunção de laboralidade de que a lei fala, ------Voltaremos a este assunto quando for oportuno," -----Foi dada a palavra ao Senhor Presidente, que em relação aos contratos de trabalho para limpeza e professor de educação física, eram celebrados dentro da legalidade. Afirmou que a despesa com o arrendamento do imóvel dizia respeito à caixa de Multibanco que estava na Pampilhosa, ------A Senhora Presidente deu de seguida a palavra à Senhora Deputada Ana Luzia que colocou a questão em relação ao arrendamento do imóvel, já respondido na intervenção anterior. A Senhora Presidente da Mesa interrompeu a para pedir que fossem respeitadas as regras de intervenção, nomeadamente, a do público. Pediu que não interrompessem as sessões ou teriam que tomar outras medidas. O Senhor Presidente acrescentou em resposta à Senhora Deputada Ana Luzia, que qualquer outro destino que fosse dado ao espaço alugado teria de passar pela aprovação do senhorio. (inicio 3 horas; fim 3 horas e 26 minutos) -----4) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 68/2020 - DERRAMA: ------A Senhora Presidente recolheu as intervenções e deu a palavra ao Senhor Deputado João Louceiro que proferiu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: "Para o presente ano, 2020, as taxas de derrama propostas e aprovadas foram de 0,5% e de 1,0%, os mesmos valores que surgiram nos anos anteriores e que o PCP votou favoravelmente. Em declaração de voto (25.09.2019) dávamos conta da melhoria do quadro económico que era fruto, também, da recuperação de rendimentos e direitos proporcionada por propostas e iniciativas do PCP, com reflexos positivos (embora

limitados por opções em que o PS, erradamente, insiste) no consumo interno, plano em que se movimenta a maioria das empresas sedeadas no concelho. Na altura defendemos que, a consolidar-se o cenário de melhoria da situação económica, a derrama devia ascender aos limites permitidos pela lei, capacitando a autarquia de mais meios financeiros para atender às necessidades do concelho e dos munícipes. É verdade que o tal cenário de recuperação não se consolidou nem confirmou, por forca da crise, agora ditada e justificada pela pandemia, de forma simplista e branqueadora das políticas de direita (PS, PSD e CDS) que, há quem queira esquecer, estão a potenciar muitas das consequências mais negativas, também do ponto de vista económico, da propagação e do medo fomentado pela COVID-19... Por outro lado, a proposta da câmara para 2021 vai mais longe do que nos anos anteriores: 0% para empresas com volume de negócios abaixo dos 150 mil euros; 0,75% para as outras. Pedimos, naturalmente, a fundamentação - que a proposta aprovada por unanimidade em reunião de câmara não contém - para a radicalização na descida da derrama. Repetimos que ela retira meios de realização às obrigações autárquicas; lembramos que, ainda há pouco tempo, a EPVL toi vendida com o pouco convincente argumento da necessidade de verbas para la cámara se empenhar na defesa da saúde dos municipes. Pedimos, em particular, dados que confirmem que, do ponto de vista empresarial, este momento é mais crítico do que os que foram vividos anteriormente, o que justificaria, porventura, a tal radicalização na descida da derrama, -----Percebendo que os valores potenciais não sejam muito altos, tendo em conta as caraterísticas do tecido empresarial no concelho, gostariamos de conhecer uma previsão das receitas perdidas com esta opção. Por último, admitindo que possa ser insuficiência nossa, não obstante o proposto pelo executivo para a derrama, no MAPA PREVISIONAL DE RECEITAS -ORÇAMENTO 2021, que discutiremos mais à frente, parece haver uma previsão de crescimento decorrentes das taxas de derrama relativamente a 2020 e anos anteriores. Solicitamos, também, esclarecimentos sobre isto." ------A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente que explicou que a questão da derrama se colocava para serem identificadas as empresas que não cumpriam as leis da derrama. Esclareceu que uma empresa que tivesse sede fora do município e instalações no município tinha de pagar a derrama em ambos os sitios, tendo existido durante vários anos uma empresa que não cumpriu com a Derrama. A intenção era encontrar casos como aquele. Mediante a crise económica, foi feito um levantamento e foram estabelecidos máximos e mínimos de aplicação da Derrama e foi a forma encontrada pela Câmara para estar do lado das empresas nesta fase mais difícil. -----A Senhora Presidente colocou o ponto á votação. Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miquel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina S. Almeida, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais

Folha n.º <u>283</u>

Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Jorge Manuel Ferreira Rama, Carlos Humberto Simões Martins, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, António da Silva Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos, Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. Os Senhores Deputados Municipais Ana Luzia Quintela Santos Cruz e João Manuel Lima Louceiro, abstiveram-se. A Proposta foi aprovada por maioria, com 24 votos a favor e 2 abstenções, tendo sido foi aprovado por maioria, e em minuta, para efeitos imediatos. -----Foi dada a palavra à Senhora Deputada Ana Luzia para ler a sua Declaração de voto: "Atendendo ao impacto da pandemia no tecido empresarial, o BE abstém-se na proposta sobre a derrama. Não concordamos com a totalidade do seu teor, uma vez que a câmara abdica de receita que la ser extraída dos lucros empresariais, mas somos sensíveis à fixação excecional de 0% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150 mil euros a aplicar no ano económico de 2021. (inicio 3 horas e 27 minutos; fim 3 horas e 41 minutos) -----5) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 69/2020 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE Não havendo inscrições, a Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente que apenas referiu que a taxa era a mais baixa praticável. -----Foi colocado o ponto à votação. Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina S. Almeida, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Jorge Manuel Ferreira Rama, Carlos Humberto Simões Martins, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, António da Silva Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrígues, João Manuel Lima Louceiro, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos, Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. A Senhora Deputada Municipal Ana Luzia Quintela Santos Cruz, absteve-se. ------A Proposta foi aprovada por maioria, com 25 votos a favor e 1 abstenção, tendo sido aprovado e em minuta, para efeitos imediatos, -----Foi dada a palavra à Senhora Deputada Ana Luzia para ler a sua Declaração de voto: "Abstemo-nos, nesta matéria, pois reconhecemos que a taxa de IMI proposta sobre imóveis é a mais baixa possível, contudo, à semelhança de anos anteriores, continuamos a considerar que era urgente a aplicação de uma taxa agravada para o caso dos prédios urbanos devolutos, degradados ou em ruínas. Julgamos que é

premente encontrar um mecanismo de responsabilização em relação à conservação do património edificado que está visivelmente muito degradado. Da falta do levantamento do número de imóveis nestas condições no concelho, tem resultado, na nossa ótica, uma perda de receita para o município, uma vez que legalmente é possível para estes casos que a taxa seja elevada ao triplo." ------(inicio 3 horas e 41 minutos; firn 3 horas e 44 minutos) -----6) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 70/2020 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO Não havendo inscrições, a Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente que referiu que se mantém o que foi proposto nos anos anteriores. Foi colocado o ponto à votação. Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina S. Almeida, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Jorge Manuel Ferreira Rama, Carlos Humberto Simões Martins, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Isabel Días Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, María de Lurdes de Jesus C. Bastes, António da Silva-Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues. Votaram a favor os Senhores. Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina S. Almeida, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Jorge Manuel Ferreira Rama, Carlos Humberto Simões Martins, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, António da Silva Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrígues, João Manuel Lima Louceiro, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos, Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. A Senhora Deputada Municipal Ana Luzia Quintela Santos Cruz, absteve-se, absteve-se, A Proposta foi aprovada por maioria, com 25 votos a favor e 1 abstenção, e em minuta, para efeitos imediatos. Foi dada a palavra ao Deputado João Louceiro para ler a sua Declaração de voto: "O PCP discorda do quadro legislativo que fomenta competição fiscal entre municípios e que atira para cima das possibilidades e decisões locais desagravamentos ficais que deveriam ser organizados a partir de opções por políticas fiscais globais mais justas e equilibradas do que as que temos. Mesmo tendo pouco significado no bolso da maior parte dos contribuintes, as decisões sobre a participação variável no IRS têm fortes efeitos subjetivos e propagandísticos que, praticamente, coagem as autarquias a abdicar de receitas de que precisariam para o exercício das suas funções. Neste caso, o poder político cedeu-lhes a possibilidade

Folha n.º <u>284</u>

de prescindir de meios para agirem, abdicando de parte da percentagem de IRS que The seria destinada. Um presente envenenado. Não obstante a discordância apresentada, tal como em anos anteriores o PCP acompanhou, votando favoravelmente, a proposta aqui trazida pelo executivo camarário no contexto legislativo e fiscal em que nos encontramos e que, repetimos, precisa de profundas transformações a diversos níveis para que Portugal seja, no plano fiscal, um país mais justo. Crendo não errar no valor, o que sempre poderá ser confirmado pelo senhor presidente, o PCP não deixa de assinalar que a proposta de fixação da participação no IRS representará uma perda muito significativa de receitas. Com tais valores, são sempre ações em prol das populações de que também a autarquia abdica, importando lembrar que ainda há poucos meses a maioria do PS na câmara, com o apojo da maioria do PS nesta assembleia, alienou a EPVL e a sua "família" por menos de meio milhão, alegando a necessidade de reunir meios financeiros para proteger a saúde dos cidadãos." -------(inicio 3 horas e 44 minutos; fim 3 horas e 49 minutos) -----7) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 71/2020 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2021: ----

Recolhidas as inscrições, a Senhora Presidente deu a palavra à Senhora Presidente de Junta da Pamoilhosa que marcou a sua posição em relação às verbas inscritas para as obras na sua freguesia e valores afetos à transferência de competências. Questionou o Senhor Presidente sobre as intervenções a realizar, especialmente no pontão, estrutura de extrema importância estratégica e ligação ao sul de Coimbra. Pediu ainda esclarecimentos em relação ao GIR uma vez que era mantida uma verba afeta de 150 mil euros. Considera de extrema importância a sua conclusão bem como o mercado da Papilhosa a fim de melhorar a qualidade de vida da população. A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente que esclareceu que assimque a divisão financeira aprove o mapa em janeiro, sugeriu uma reunião ou revisão financeira para evitar este tipo de questões no futuro. Tudo o que estava explicito fazia parte da capacitação orçamental entre a data em que era aprovado e a data da execução. Relativamente ao pontão, estava a ser estudado por técnicos, já em projeto, a aquardar o projeto de execução e de seguida daria entrada no EP, e nessa altura poderia ser um problema quanto à negociação. Quanto ao GIR afirmou não saber porque não andava mas já não estava na sua competência. ------A Senhora Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Ana Luzia Cruz que proferiu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: "O Bloco de Esquerda, respeitando o voto de confiança dado pelos seus eleitores, apresentou no passado dia 2 as suas propostas e acreditamos que teriam um impacto real na vida da população do concelho da Mealhada. E apesar de elas significarem no nosso ponto de vista melhores condições ao nivel dos Serviços Públicos, Ambiente, Acessibilidades, Educação, Saúde, Ação Social, Justiça nas relações laborais, Fiscalidade e Bem-estar animal, nenhuma delas foi tomada em consideração, e mesmo quando mereceram alguma reflexão por parte do Sr. Presidente, acabaram

por não merecer lugar neste orçamento. Este orçamento que hoje se discute, demonstra a falta de ação e sensibilidade políticas deste executivo para uma governação mais eficaz e mais consequente no combate às problemáticas que foram identificadas pelo Bloco de Esquerda. Propostas como o aumento da participação orçamental para a Ação Social, o apoio a muitas familias e pessoas idosas na reparação das suas casas, a que programas como o PIRPEC tem tido dificuldade em responder a estas necessidades, a criação de unia rede de transportes públicos municipalizados que sirva os municipes com qualidade e tembramos que nem um transporte a pedido está implementado para ajudar os que menos mobilidade têm! A melhoria das acessibilidades e das vias, de modo a não colocar em causa a mobilidade e segurança do cidadão: a aplicação de medidas fiscais que promovam maior responsabilização face ao património edificado visivelmente muito degradado. formas de incentivo às melhores práticas no uso dos solos como forma de melhorar a sustentabilidade dessas áreas, a criação de um banco de terras. Propusemos o investimento em equipamentos de aproveitamento de energias renováveis para auto consumo, o investimento numa rede de ciclovias, na mobilidade elétrica e a construção de um canil municipal foram algumas entre muitas outras propostas do Bloco de Esquerda que o Partido Socialista deixa insistentemente "na gaveta" ou então, refugia-se no argumento de que la faz isto e aquito, mas nada se vê de concreto. O elenco de obras e investimentos anunciados "a solo" no orçamento apresentado faz lembrar infelizmente um elenco velho há muito anunciado e não concretizado, e por isso não inspira confiança nem credibilidade, pois promessas. levou-as o vento e as desculpas são sempre as mesmas. Quanto às parcerias com a CIM, vamos ver, pode ser que empurrados por outros, se tornem mais céleres na execução dos projetos anunciados. Quem sabe... É desolador ver neste orcamento a ideia implícita de que alguns projetos ou empreitadas interrompidas o foram devido à baixa atratividade do preço que ofereciam; assim se compreende a paragem constante de algumas obras, não se importando de em nome da política para o excel, da vontade de querer bom mas barato, de comprometer o avanço e a modernização do município. Claro que na vossa ótica, a culpa será sempre dos empreiteiros. ironizando, uns ambiciosos! Este Partido Socialista da Mealhada, com a falta de golpe de asa, com a sua insensibilidade, continua a esquecer as pessoas reais e os seus problemas quotidianos que ficam "ad eternum" sem resposta. O município dá sinais de ter parado no tempo, os municipes veem as soluções eternamente adiadas. as promessas não cumpridas e este orçamento agora "plurianual" é o espelho do tempo perdido. Este ano termina, assim, mais uma vez com um orçamento cheio de promessas velhas, uma mão cheia de nada, a que se junta inevitavelmente a terrivel pandemia que nos assolou, mas que não pode ser a desculpa para a inércia deste executivo nem para um tipo de "navegação à vista" na forma como gere a colsa pública, porque essas vêm de trás. Mediante tudo isto, o Bloco de Esquerda votará contra este orcamento." -----

Folha n.º 285

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente que desabafou dizendo que a Sra. Deputada nunca geriu uma instituição pública, nem uma Câmara e, portanto, dizer que não se fazia nada, era uma mão cheia de nada. Se a Sra. Deputada tinha visto os documentos, percebeu que estavam obras a decorrer e foram captados fundos para vários setores, nomeadamente, o ambiental. Quanto aos orçamentos, eram feitos fora da Câmara Municipal por quem estava capacitado para o fazer mediante os projetos encomendados e se fossem mexidos, seria chumbado pelo tribunal de contas. De seguida a Senhora Presidente deu a palavra ao Sr. Deputado João Louceiro que proferiu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: "O PCP respondeu à convocatória para o exercício do estatuto do direito de oposição, na qual entregou um documento escrito com o enquadramento que faz da preparação do Orçamento e Plano para 2021 e em que apresentou um conjunto de propostas a serem consideradas nos documentos previsionais hoje em discussão. As propostas que o PCP tem apresentado, ao longo dos anos, não têm merecido mais do que uma ou outra referência tangencial e, mesmo assim, repetidamente inconsequente. A par, constata-se que diferentes projetos – alguns, bandeiras eleitorais do PS –, continuam a arrastar-se no tempo, sem fim à vista, ou ainda sem arranque previsto. ------O número (necessário) e o conteúdo das propostas são assumidos pelo PCP como contributo e enriquecimento democrático, mesmo, como é o caso, que o PS se mostre sobranceiro em relação a elas. Discordamos daqueles que querem reduzir a participação democrática da oposição a uma expressão residual e meramente ritual, tal como ouvimos alguns putativos democratas reclamar, recentemente, em relação ao número e à natureza das propostas apresentadas pelos partidos da oposição, com destague para o PCP, aquando da discussão na especialidade, na Assembleia da República, do Orçamento do Estado para 2021. Também em 2019, na sessão de Barcouco, o senhor presidente da câmara ironizou sobre a quantidade de propostas apresentadas pelo PCP, parecendo até que estava a aperceber-se delas pela primeira vez, quando lhe haviam sido entregues em mão já anteriormente. ------Não guerendo, por ora, gastar tempo desta reunião elencar as propostas, o PCP irá enviar à mesa a lista do que propôs orçamento do próximo ano, exercendo os seus direitos de oposição. Muitas dessas ideias, mas não todas, repetem o que já foi apresentado em anos anteriores, pela simples razão de que não mereceram qualquer acolhimento por parte da câmara. O PCP requer, desde já, à senhora presidente que o documento que iremos enviar seja apenso à ata da sessão de hoje, para memória futura. O orçamento para o próximo ano, é inevitável, reveste-se de especial sensibilidade. É o último do mandato e, talvez, desta equipa camarária de maioria PS. E é um orçamento em que avultam e se arrastam promessas ainda por realizar ou, até, por iniciar. Em fases diversas, com razões diversas e explicações de várias ordens: mercados municipais da Pampilhosa e da Mealhada, ambos por abrir; Escola Secundária da Mealhada; Sala Polivalente do Luso; Cineteatro da Pampilhosa; baixa da Pampilhosa; Cerâmica das Devesas; Challet Suiço; ciclovias; canil municipal; são

apenas exemplos, outros poderíam ser dados. Não dizemos, como alguns, que nada foi feito ou nada está a ser feito; dizemos é que, no último ano do mandato, o último orçamento municipal é, em grande medida, um orçamento para promessas ainda por cumprir. Além disso, na nossa leitura, e sem escalpelizar as propostas que o PCP formulou. faltam ou são frouxas outras dimensões: transportes públicos e direito à mobilidade das populações; política para a habitação, contribuindo para fixar jovens e atrair novos residentes e para alargar a concretização do direito à habitação condigna; são curtas, na nossa perspetíva, as políticas para a valorização dos recursos locais, para tirar partido da localização do concelho; para dar mais força, numa estratégia de desenvolvimento estruturada em torno de marcas de identidade como o Leitão da Bairrada, a Mata do Buçaco ou a estância termal do Luso. Notar que o concelho corresponde a um território predominantemente rural, mas com a agricultura muitíssimo abaixo do seu potencial. Não tenhamos dúvidas de que o futuro da agricultura deve passar por uma mudança - que carece de vontade e intencionalidade - que privilegie as pequenas e médias explorações e os circuitos curtos de produção e comercialização. Dum lado, os mercados de proximidade; do outro, mas perto, a produção próxima. Confessamos não ver, neste orçamento, uma vez mais, sinais para a revitalização do mundo rural num concelho de forte pendor rura! E este derradeiro orçamento do atual mandato, não deixa de ficar marcado, pelo que falta e pelo que está, por aigumas opções, a nosso ver, profundamente negativas. Dois exemplos...A nebulosa alienação da Escola Profissional, agora arredada da esfera autárquica, que, há um ano era anunciada como uma joia da governação autárquica, uma escola totalmente nas mãos da autarquia para servir um projeto de

formação e educação dos nossos jovens e para afirmar a importância da Mealhada no contexto regional; entretanto precipitadamente atirada, com "família" e tudo, para as mãos do sinistro grupo GPS sob os argumentos já aqui lembrados do combate à COVID e da irremediável insustentabilidade da instituição... O outro exemplo: o da arreigada desvalorização da ferrovia e da importante localização do nosso concelhoque, em vez de motivar uma defesa decidida da reativação da linha que nos devialigar à Figueira da Foz, se converteu numa arrepiante capítulação ao estilo da pior realpolitik, já o dissemos, com a câmara, secundada pela majoria do PS nesta assembleia, a enterrarem ainda mais fundo o regresso do transporte ferroviário. aceitando a conversão da plataforma numa coisa chamada "ecovia"... Dispensamo-nos, por agora, de fazer perguntas acerca das propostas de documentos previsionais que a câmara aqui traz. Este não é, evidentemente, o nosso orçamento e nem sequer procura incorporar propostas que o PCP apresentou reiteradamente. Este é o último orçamento deste mandato autárquico e fica fortemente marcado por um conjunto de projetos que, previstos há tanto tempo pelo PS e pela câmara, ainda não foram concretizados. Este é um orçamento em que ecoam opções erradas e em que algumas vertentes

importantes para o desenvolvimento local e o bem-estar das populações continuam a ser tocadas pela rama, -----Votando contra, o PCP vinca distância em relação à proposta que a maioria apresenta neste último ano de mandato, reconhecendo, mas não concordando com a opção, que os eleitores, na Mealhada, conferiram com o seu voto a possibilidade de o PS não ter, sequer, de dar atenção a propostas da oposição que poderiam enriquecer a governação autárquica." -----De seguida, a Senhora Deputada Ana Luzia Cruz efetuou um pedido à Mesa para defesa da honra, o qual lhe foi concedido, tendo expressado o seu repúdio pelo tom e pela linguagem que o Senhor Presidente utilizou em relação à sua intervenção. Não aceita que atentem à sua dignidade intelectual, tendo o seu partido estado ao lado de algumas das propostas apresentadas pelo executivo quando as achavam justas. Quando foi utilizada a expressão "uma mão cheia de nada" significava que as promessas se arrastavam no tempo. O Senhor Presidente quando alguém tem o arrojo de fazer alguma pergunta sobre uma verba qualquer, agia com muito azedume, o que não aceitava. O Senhor Presidente respondeu que nunca quis atingir a Deputada Ana Luzia, no entanto, considerava que tinha o direito de se referir ao programa do BE e mantinha que a mesma desconhecia o que era uma gestão de autarquia e um concurso público. O Senhor Presidente respondeu ainda ao Senhor Deputado João Louceiro, que subscrevia a 100% o que tinha dito na parte do IRS. No entanto, já não concordava tanto com a apreciação do orçamento da Câmara, afirmando que tinha a certeza que concordaria com algumas das coisas que lá eram apresentadas, como o Chalé Suiço, o parque de estacionamento do Luso, entre outros, como a regualificação de edifícios Municipais, a promoção da prática desportiva com a ecopista e os apeadeiros para apoio a ciclistas. Concorda que fariam coisas diferentes, mas era de reconhecer a validade das opcões feitas. De seguida a Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Casal Comba, que iniciou por corrigir o Senhor Deputado Luís Brandão quanto à freguesia do Luso ser o 3º maior aglomerado populacional da Mealhada, pois de acordo com o último censo, o 3º maior é a freguesia de Casal Comba. Afirmou ter ficado mais descansado em relação ao orçamento porque havendo dinheiro haveria obra. Questionou se os alcatroamentos se iriam concretizar durante o ano de 2021. O Senhor Presidente respondeu que provavelmente não seriam todos os desejados. mas alguns, seriam. Aproveitou para mencionar o pavilhão de Casal Comba que outrora lhe tinha sido apresentada uma proposta para otimizar o mesmo, e era hora de pensar no assunto, assim como, o desafio já lançado de fazer um espaço internacional para skate, tudo para aumentar a oferta desportiva. -----Não havendo mais inscrições o ponto foi colocado à votação. Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina S. Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria Santos Luzeiro, Mara Lúcia

Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, António da Silva Laranjeira, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Rosalina Maria Rodrigues Noqueira, João Carlos Ferreira dos Santos, Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. Votaram contra os Senhores Deputados Municipais: Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Marilisa Morais Duarte, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luis Miguel Pereira Brandão, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, Ana Luzia Quintela Santos Cruz e João Manuel Lima Louceiro. ------A Proposta foi aprovada por maioria, com 17 votos a favor e 9 votos contra e em minuta, para efeitos imediatos. O Senhor Deputado Pedro Semedo apresentou a seguinte declaração de voto: "Fazendo uma leitura pelo orçamento, verificamos que à freguesia de Barcouço foram atribuídos 170 000€ para a feira e não aparece mais referência nenhuma. Não houvesse feira em Barcouço e não haveria um euro de investimento municipal nesta freguesia. Já para Casal Comba não vistumbrámos um euro que se preveja apticar como investimento. Na Pampilhosa ir-se-á, talvez, acabar um mercado que está atrasado 3 anos e resolver o problema de ausência de equipamentos de apoio que criou com a venda da EPVL. Quanto a uma casa de banho acessível à população não há notícia. Já o Chalet Suiço, que é capaz de vir a ter o mesmo destino que as fachadas da Cerâmica das Devezas, esperemos que não caia até 2023. Desde que presto o meu serviço público na Assembleia Municipal que se fala no regadio da Vacariça, uma eterna promessa eleitoral, uma repetida promessa orçamental, porémnunca concretizada. No Luso, a Sala Polivalente e as escadas só serão objeto de intervenções em 2023, os balneários voltam a ser promessa eleitoral para 2022 e o estacionamento parece que será construído, finalmente, a crer na promessa do executivo camarário. Em Ventosa do Bairro, o imóvel municipal adquirido há quase 4 anos parece que só para o ano será convertido na Casa da Juventude. De resto, não há outra noticia quanto a investimentos. Pior sorte tern Antes que, tai como Casal-Comba, estará desaparecida em parte incerta. Da União das Freguesias da Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, Mealhada é a parte privilegiada. Percebemos a razão: o executivo entrega todo o orçamento à sede do município, que é para onde tem condições para candidatar o município a fundos comunitários. Mas podia não ter sido assim: preferiu aplicar os recursos dos contribuintes do município em património caro e obsoleto e agora não tem como fazer face a investimentos que não são elegíveis aos fundos comunitários. De outra forma teria recursos para investir nas freguesias e não tem. A política é também a arte de fazer escolhas e a maioria que domina o executivo fez as suas. A verdade é que o Buçaço continua a ser um sorvedouro dos recursos municipais. O Estado Central tem responsabilidades, mas não colabora, deixou a batata quente nas mãos da Câmara Municipal e o que poderia constituir uma solução inteligente para a gestão daquele extraordinário património, é

onde se continua a alocar uma fatia gigante das disponibilidades orçamentais

Folha n.* 287

municipais. Veja-se que para o Chalet de Santa Teresa está prevista uma verba de 1,000,000€ e para as antigas garagens do Palace €960,000, ambas a concluir em 2023. Sabemos que são obras candidatas a uma participação de fundos comunitários, mas até que ponto temos a certeza de que serão obras financiadas e em que proporção do custo final? É de realçar, já que se falou nesta sessão de deputados que defendem a sua terra, que a Fundação Mata do Bussaco passou a ter inscrita uma verba anual de 250.000€ que resultou da intervenção direta do Deputado Bruno Coimbra com uma proposta de alteração ao Orçamento do Estado de 2021. Abdicámos da nossa participação na elaboração do orçamento porque verificamos que as nossas propostas são sistemática e sobranceiramente ignoradas pela maioria. Votamos contra este orçamento porque consideramos que não respeita os anseios da população do concelho", ------(inicio 3 horas e 49 minutos; fim 5 horas e 05 minutos) -----A Senhora Presidente colocou nesta altura a votação a continuação da Sessão da Assembleia Municipal, proposta que foi aprovada por unanimidade, ------8) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 72/2020 - MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MEALHADA PARA O ANO DE 2021: -----Depois de recolhidas as inscrições a Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado João Louceiro que proferiu a sequinte intervenção, cuja transcrição requereu: "Duas perguntas sobre a informação apresentada no mapa de pessoal. No Setor de Espaços Verdes e Floresta são identificados três lugares ocupados e um a prover para sapadores florestais (classificados na amálgama a que passou a chamar-se "assistentes operacionais"), contratos de trabalho, no caso, por tempo indeterminado. Estes quatro lugares correspondem às necessidades permanentes da autarquia em termos de sapadores florestais ou parte dessas mesmas necessidades vão ter de ser satisfeitas, também por sapadores florestais, mas contratados como prestadores de serviços? -----Atendendo à descrição das funções, ainda que incompleta no documento distribuído, a desempenhar por aqueles quatro sapadores florestais, o que distingue as tarefas, a prestação e as exigências dos contratados pela câmara em prestação de serviços, A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que a equipa era de 5, mas dois abdicaram do lugar, estando no momento com contrato de avença, e estando os lugares vagos, era esperado que concorressem para os ocupar. Concluiu que eram insuficientes para o trabalho a fazer_ ------Seguidamente, foi dada a palavra à Senhora Deputada Ana Luzia Cruz que fez a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: "Continua a verificar-se a insistência numa política de avenças. Tem-se notado também que muitos lugares a prover acabam por não ir a concurso, uma vez que não aparecem publicados no BEP (Bolsa de Emprego Público), nem os contratos de avença na base.gov.pt., pelo que pedia esclarecimento sobre isto". -------

O Senhor Presidente explicou que o quadro tinha lugares ocupados e lugares a prover, também devido à grande movimentação de pessoal do quadro. Os lugares a
prover era para haver alguma elasticidade nos serviços, dentro do que estava
Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou o ponto à votação. Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Sernedo, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina S. Almeida, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Jorge Manuel Ferreira Rama, Carlos Humberto Simões Martins, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, António da Silva Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte. Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos, Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. O Senhor Deputado Municipal João
Manuel Lima Louceiro, absteve-se.
A Proposta foi aprovada por maiona, com 25 votos a favor e 1 abstenção e em minuta, para efeitos imediatos.
(inicio 05 horas e 07 minutos; firn 5 horas e 25 minutos)
9) PROPOSTA AO EXECUTIVO Nº 73/2020 - AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA
DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PREVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA
ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:
Não havendo inscrições procedeu-se à votação do ponto.
Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo. Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina S. Almeida, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Jorge Manuel Ferreira Rama, Carlos Humberto Simões Martins, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, António da Silva Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos, Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. O Senhor Deputado Municipal João Manuel Lima Louceiro, absteve-se.
A Proposta foi aprovada por maioria, com 25 votos a favor e 1 abstenção e em
minuta, para efeitos imediatos.
(inicio 05 horas e 26 minutos; fim 5 horas e 29 minutos)
10) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 77/2020 - PROPOSTA ALTERAÇÃO DA
ESTRUTURA ORGÂNICA MUNICIPAL:

Folha n º 288

Em relação a este ponto foi pedido, pela Senhora Deputada Municipal Ana Luzia Cruz, um esclarecimento sobre o período desta reestruturação que, aliás, não colocava em causa, uma vez que votaria favoravelmente. A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que têm 14 unidades aprovadas pela Assembleia Municipal, faltando prover uma, que era o setor de gestão de candidaturas a fundos comunitários, de importância decisiva na gestão e aprovação destas candidaturas. Acrescentou que era intenção da Câmara abrir um lugar para tal. -------Não havendo mais inscrições procedeu-se à votação do ponto, o qual foi aprovado por unanimidade, e em minuta, para efeitos imediatos. (inicio 05 horas e 29 minutos; fim 5 horas e 34 minutos) -----11) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 80/2020 - TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA APLICAÇÃO NO ANO DE 2021: -----Depois de recolhidas as inscrições, a Senhora. Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado João Louceiro que proferiu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: "A proposta apresentada pelo executivo repete, no enquadramento e no valor (taxa máxima permitida), a que já foi aprovada em 2019. Tal como nessa altura, o PCP votará favoravelmente. No entanto, gostaríamos ainda de pedir uma informação. Segundo a ANACOM "As empresas sujeitas a TMDP devem produzir a informação necessária, por município, de modo a possibilitar o apuramento do valor base de incidência, das respetivas percentagens e do cálculo do montante das taxas, de forma transparente e auditável." O que queremos saber é se isto tem estado a acontecer, se as empresas em causa têm cumprido com aquela obrigação, Perguntamos isto sem esconder que as nossas dúvidas, porventura infundadas, decorrem da perceção de que os montantes obtidos com a cobrança da taxa são irrisórios. Negócios de tantos milhões que se socorrem dos nossos territórios parecem contribuir muito pouco para ele. De qualquer modo, a questão que colocamos é mesmo se essas empresas estão a cumprir ou não o que a ANACOM diz que têm de fazer." -----Foi dada a palavra ao Senhor Presidente, o qual respondeu perentoriamente que não. Esclareceu que a única empresa que cumpria não era da área das telecomunicações e que a Câmara tinha sido aconselhada a fazer valer os seus direitos, tendo apresentado uma proposta e esperavam que começassem a cumprir. A Senhora Deputada Susana Almeida disse que tal constava na lei, não era a ANACOM que dizia, mas sim, a lei portuguesa das comunicações eletrónicas. Um Deputado Municipal comenta ainda que quem acaba por pagar são os municipes e consumidores finais. Ao que o Senhor Presidente refere que só é assim se o poder político quiser e explica como. Não havendo mais inscrições procedeu-se à votação do ponto o qual foi aprovado por unanimidade, e em minuta, para efeitos imediatos. (inicio 05 horas e 34 minutos; fim 5 horas e 47 minutos) ------12) REVISÃO ORÇAMENTAL Nº 2 - INFORMAÇÃO: -----Não havendo inscrições procedeu-se à votação do ponto. ------

Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina S. Almeida, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Jorge Manuel Ferreira Rama, Carlos Humberto Simões Martins, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Isabel Días Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, António da Silva Laranieira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos, Pedro Ricardo Fernandes Ferreira, O Senhor Deputado Municipal João Manuel Lima Louceiro, absteve-se. A Proposta foi aprovada por maioria, com 25 votos a favor e 1 abstenção e em minuta, para efeitos imediatos. (inicio 05 horas e 47 minutos; fim 5 horas e 49 minutos) -----13) ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL EM REGIME DE RENDA APOIADA - APROVAÇÃO FINAL:

Recolhidas as inscrições, a Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Louceiro que proferiu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: "Lamentar, primeiro, o envio fardio — apenas ontem à tarde — da proposta com alterações do Regulamento Municipai, ademais numa versão que não identifica o que foi mudado, o que dificulta mais a apreciação cuidada do assunto, designadamente no que diz respeito à atualização em função de legislação publicada após a aprovação da versão anterior. No preâmbulo da proposta de novo regulamento, é-nos dito que o alojamento partilhado é "uma forma de solucionar algumas situações de carência habitacional de famílias constituídas por um único elemento." Queremos começar por sublinhar isto: podendo, pontualmente, ser uma forma de responder a necessidades de famílias unipessoais, conforme a designação, não se pode inclinar para ser a solução para todas. Isto é, a alteração ao regulamento pretenderá abrir essa hipótese, por ela, de momento ser inviável. Isto aceitamos; não aceitamos é que o alojamento partilhado se converta como a única resposta possível para famílias unipessoais.

Sabe-se que as pessoas que vivem sós têm diferentes motivações, perfis, idades, etc. O alojamento partilhado será uma forma digna de satisfazer o direito à habitação de umas, mas não de outras. Sem dados seguros sobre isto, diriamos, até, que a resposta em alojamento partilhado não se coadunará com a maioria das situações, às quais não pode nem deve faltar o direito à habitação condigna. Pensando que a maioria dos casos das chamadas famílias unipessoais já tem alguma idade e são mulheres, somos tentados a admitir que para multas destas poderá manter-se a apetência por uma residência própria e não partilhada.

Afunilar as respostas de habitação social em regime de renda apoiada para alojamento partilhado seria errado, mas pensamos que é uma possibilidade que não

Folha n.º <u>289</u>

está excluída. Desde logo, ao contrário do que tem sido uma insistência do PCP. ainda não se vislumbra disposição da autarquia para investimentos em nova habitação social; não é uma prioridade da gestão do PS. E se há carência, como se diz na proposta da câmara, de unidades T0 e T1 no parque para habitação social, o que levou à introdução do Capítulo III (REGRAS DA RESIDÊNCIA PARTILHADA). também devia haver o compromisso de investimento no que falta: alojamentos T0 e T1. Se assim não for, o que se apresenta agora como uma solução, acabará por ser a única solução possível, ainda que em muitos casos desadequada. ---------------Para além desta preocupação que gostariamos de ter tido mais tempo e oportunidade de debater, fica-nos a ideia de que a introdução da possibilidade de residência partilhada não está inteiramente ponderada. Não fica claro, parece-nos, como se determinarão os alojamentos para este tipo de utilização. Haverá sempre um ou mais reservados para isso? E se houver procura "concorrente" entre outros tipos de família e pessoas sós que admitam partilhar residência, o que prevalece e com que critérios? Assinalando o tempo insuficiente de análise deste assunto, estas parecem ser, também, fragilidades do regulamento proposto. -----Já agora uma última nota. O regimento passa a admitir a partilha de residência por duas a quatro pessoas, ao que é acrescentada a diferenciação por género. Sendo discutivel a consagração desta diferenciação, fica também a dúvida se as implicações do uso do conceito de género foram devidamente ponderadas, evitando atropelos de direitos e conflitualidades escusadas. Cremos que isso poderia acontecer se na cabeça dos proponentes estivesse a confundir-se género com sexo. Enfim, com o pouco tempo que ficou disponível, é o que podemos expressar acerca do assunto. Não estando suficientemente seguros sobre a valia da proposta e não encontrando compromissos que entendemos essenciais ao nível do investimento em habitação social no concelho da Meathada, abster-nos-emos na votação." -----Seguidamente a Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que solicitou a intervenção do Senhor Vereador da Ação Social que afirmou concordar que não havendo T0 ou T1, mas que as situações de género e idade estavam consideradas. Este regulamento prevê uma nova estratégia como a renda apoiada, ------Não havendo mais inscrições procedeu-se à votação do ponto. -----Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina S. Almeida, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Jorge Manuel Ferreira Rama, Carlos Humberto Simões Martins, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Isabel Dias Santiago, Luis Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, António da Silva Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos, Pedro Ricardo

Fernandes Ferreira. Os Senhores Deputados Municipais Ana Luzia Quintela Santos Cruz e João Manuel Lima Louceiro, abstiveram-se.

A Proposta foi aprovada por maioria, com 24 votos a favor e 2 abstenções e em minuta, para efeitos imediatos.

Foi dada a palavra à Senhora Deputada Ana Luzia que apresentou uma Declaração de Voto: Abstemo-nos, porque embora reconheçamos a tentativa de responder a uma necessidade, julgamos que a falta de resposta no parque habitacional de cariz social, não pode nem deve dar privilégio às residências partilhadas para as famílias unipessoais.

(inicio 05 horas e 49 minutos; fim 6 horas e 01 minuto)

14) 2º ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO CONCELHIO (PIRPEC):

Recolhidas as inscrições a Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal. João Louceiro, que preferir a sequinta intervenção, cuia transcrição

Recolhidas as inscrições a Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Louceiro que proferiu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: "Em 2016, o PCP votou favoravelmente a revisão do PIRPEC que vinha de 1992. Nessa altura já era apontado o reduzido número de candidaturas desde o lançamento do programa, 77, a maiona de Antes e Casal Comba (em 24 anos dava uma média de pouco mais de 3 candidaturas ao ano). No preâmbulo do presente projeto de alteração indicam-se 21 candidaturas. Desde 2017, em que entrou em vigor a atual versão PIRPEC, resulta uma média de candidaturas mais significativa, o que poderá indiciar que a revisão daquele ano melhorou a atratividade do programa. 8 candidaturas por ano. No entanto, se compararmos o que realmente obteve apoios financeiros, 12 intervenções, resulta uma média anual de 3. Fica a ideia de que o programa tem pouco efeito. Será pouco atrativo, talvez, pelos apoios financeiros que disponibiliza (64,5 mil euros em três anos - cerca de 21 mil por ano - não parece ser uma verba por aí além para a recuperação de património edificado no concelho, por sinal com bastantes polos de evidente degradação); será demasiado seletivo em termos de rendimentos familiares que obedecem a critérios que deixarão de fora salários que estão longe de ser altos e incluem outros que devem ser incluídos mas que, por hipótese, são baixos demais para que as famílias se abalancem a obras de recuperação; serão os procedimentos de candidatura, porventura, demasiado difíceis, por exemplo, para eventuais candidatos que não tenham facilidade em lidar com exigências administrativas (pelo menos o texto do regulamento não é de fácil apreensão...); será por ineficácia de apoios e aconselhamento para fazer frente às dificuldades de candidatura... Ou será que poderia, como já sugeríamos em 2016, ser objeto de uma divulgação mais forte, de maior proximidade, quiçá com uma intervenção mais decidida da autarquia, apoiada no conhecimento concreto de situações por parte das juntas de freguesia? ------A questão central nesta revisão parece ser o afastamento de candidaturas que não sejam para a habitação própria, mas sim para fins de investimento mobiliário, para os quais haverá outros instrumentos. Compreende-se a intenção, mas não podemos deixar de notar que, se não houver, pelo menos, cuidado no estímulo e apoio ao recurso a esses outros instrumentos – e outras medidas que promovam a realização

Folha n.º 290

de obras --, haverá extensas áreas de património edificado no concelho que se quedarão sem qualquer recuperação, em cada vez pior degradação. Basta lembrar algumas partes da Pampilhosa, Canedo, Casal Comba, Carquejo, Mala, Silvã, etc., etc., e pensar que em muitos dos imóveis a caírem em ruína já não há sequer quem os habite. Aínda assim, porque não sendo ótimo é melhor que nada, o PCP volta a votar favoravelmente, esta nova revisão do PIRPEC", ------A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que a revisão do PIRPEC se tinha baseado em antigas experiências que agradaram com os seus resultados. As pessoas dirigiam-se à Câmara para requerer valores que serviriam para arranjar um imóvel que de seguida iriam vender por maior valor dado a estar arranjado, pintado, etc. Não sendo esse o propósito inicial, foi nisso que se transformou, pelo que agora seria aplicada a regra que, pelo menos, em 5 anos a habitação não poderia ser vendida ou o subsídio atribuído teria que ser devolvido. Passou a palavra à Senhora Engenheira Margarida que se focou no artigo 6 que deu alguma discussão quanto à sua redação. Propôs então uma reformulação, sugerindo que pudesse ser a Assembleia a apresentar a mesma. Foi aberta a discussão entre os membros da Assembleia e decidiu-se aceitar a proposta proferida pela Senhora Enga. Margarida Costa. A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a alteração do artigo 6º, proposto pela Assembleia, nos seguintes termos: "A alienação do edifício antes de decorrido um período de 5 (cinco) anos, após a aprovação da candidatura, determina a devolução do subsídio recebido", o que foi aprovado por unanimidade. Posteriormente colocou à votação o ponto em discussão, o que foi aprovado por unanimidade, e em minuta, para efeitos imediatos. -----(inicio 06 horas e 01 minuto; fim 6 horas e 37 minutos) -----15) MEDIDAS EXCECIONAIS DE APOIO NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA COVID-19 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE SUSPENSÃO, A TÍTULO EXCECIONAL E TEMPORÁRIO, DA NORMA DO ARTIGO 25,º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ATIVIDADES DE COMÉRCIO A RETALHO SEDENTÁRIO EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO OU DE BEBIDAS NÃO SEDENTÁRIO: ----Não havendo inscrições, procedeu-se à votação tendo sido aprovado por unanimidade, e em minuta, para efeitos imediatos. -----(inicio 06 horas e 37 minutos; fim 6 horas e 40 minutos) ----------E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pela 02 horas e 20 minutos, de 30 de dezembro de 2020, e da qual se tavrou a presente ata, que vai ser Mendes Ferreira e Godinho, Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99,de18 de Setembro.

Donne De Melo Lite

.

2

v ,